

APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 JUNTO AO CONHECIMENTO DA RELIGIOSIDADE AFRICANA NO RIO GRANDE DO SUL – O BATUQUE.

André Iser Siqueira ¹
Angelo Vinicius da Rosa Alves ²
João Pedro da Rosa Ribeiro ³
Vanessa Rodrigues Possel ⁴
Muriel Pinto ⁵

INTRODUÇÃO

A formação cultural do Brasil é representada pela fusão de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões geográficas, pela diversidade de paisagens e também pela multiplicidade de visões sobre a miscigenação em sentido dilatado. Deste modo que, com o advento da Lei nº 10.639/03, que posteriormente foi alterada pela Lei nº 11.645/08, tornou-se obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Brasil. Buscando-se corrigir a ausência destes conteúdos no cotidiano da sala de aula e comunidade escolar, assim proporcionando maior profundidade na sua abordagem.

Este trabalho apresenta como tema a importância do ensino da religião de matriz africana do Batuque. O objetivo é contextualizar a temática a partir da concepção do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, em especial para o estudo da religiosidade africana do Batuque. Ao incluir o ensino da matriz religiosa do Batuque nas escolas, está fortalecendo os princípios da laicidade do Estado e da liberdade religiosa, garantindo que os estudantes tenham acesso a um conhecimento plural e diversificado.

O ensino da matriz religiosa do Batuque nas escolas brasileiras é de suma importância para promover a valorização da diversidade cultural e religiosa do país. Ao conhecerem essa tradição religiosa, os estudantes têm a oportunidade de compreender a importantíssima contribuição dos povos afrodescendentes na formação da identidade brasileira. Além disso, conforme assevera Braga (2018), o ensino do Batuque nas escolas auxilia na desconstrução de

¹Graduando pelo Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, andresiqueira.aluno@unipampa.edu.br;

²Graduando pelo Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, angeloalves.aluno@unipampa.edu.br;

³Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA joaoribeiro.aluno@unipampa.edu.br;

⁴Graduada em História pelo Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, vapossel@yahoo.com.br;

⁵ Professor orientador: Dr, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, murielpinto@unipampa.edu.br

estereótipos e preconceitos, promovendo a tolerância religiosa e o respeito às diferentes manifestações de fé presentes em nossa sociedade.

Apresenta luz de encerramento à reflexão deste trabalho, as colocações de Munanga (2005) no sentido de que, ao incluir o ensino da matriz religiosa do Batuque nas escolas, mesmo que por meio de regulamentação imperativa do ordenamento jurídico brasileiro, se está fortalecendo os princípios da laicidade do Estado e da liberdade religiosa, garantindo que os estudantes tenham acesso a um conhecimento plural e diversificado. Assim, o ensino da matriz religiosa do Batuque nas escolas brasileiras é fundamental para a promoção da cidadania e para o fortalecimento da identidade cultural do nosso país.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é centrada numa abordagem interdisciplinar, no sentido de que “uma relação de interdisciplinaridade diz respeito à transferência de métodos de uma disciplina para outra, com a finalidade de absorver o conhecimento daquela para a compreensão dos fenômenos da outra” (NICULESCU, 2011. p.23). Para a consecução dos objetivos deste trabalho, pretendeu-se, numa perspectiva interdisciplinar e dialética. Se utilizando da pesquisa qualitativa quanto a abordagem, de natureza básica e aplicada, sendo descritiva e explicativa quanto ao seu objetivo. Quanto aos procedimentos, a técnica de pesquisa que é utilizada no desenvolvimento da pesquisa é de cunho metodológico que utiliza o levantamento bibliográfico e a análise legislativa e de suas implicações (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

A partir desta delimitação metodológica é possível desenvolver a abordagem temática na estruturação proposta com o objetivo de esclarecer, não apenas a reflexão crítica sobre o tema, mas as possíveis aferições de conclusão para o objetivo pretendido, qual seja, demonstrar que ao se incluir o ensino da matriz religiosa do batuque nas escolas, estamos fortalecendo os princípios de liberdade religiosa na comunidade escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

As legislações acima descritas, requerem no currículo das redes de ensino, pública e privada, a obrigatoriedade do estudo sobre a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. Designando que os conteúdos relativos à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana devem ser proporcionados no contexto de todo currículo escolar, em especial nas áreas de História Brasileira, Artes e Literatura. Diante desse objetivo, pode-se analisar o processo

civilizatório dos povos de origem yoruba⁶ que construíram essa crença religiosa de origem sulina no país, denominada de Batuque, e que tem bases africanas, mas é de originalidade brasileira, sendo assim, objetiva-se com a determinação legal, fomentar a pluralidade religiosa nas escolas e dentro das salas de aula.

E partir dessa obrigatoriedade do ensino das raízes religiosas afro-brasileiras, pretende-se contribuir para a superação do racismo religioso e do racismo estrutural, fortalecendo a luta antirracista e mostrando a diversidade cultural e religiosa do Rio Grande do Sul. Discute-se uma reinterpretação do ensino de História, com o objetivo de recriar a forma de ensinar e aprender, colaborando desta maneira, no combate ao racismo na comunidade escolar e na sociedade.

No Brasil, a formação pública apresenta variáveis bem complexas de contradições, se de um lado a educação deveria ser a defensora da liberdade e fomentadora da igualdade, a pergunta que não quer calar no território brasileiro é: liberdade e igualdade para quem? A importância psicológica – social do auto – reconhecimento, para buscar forças contra os enfrentamentos vividos pelo povo negro brasileiro, pelo racismo devasto que existe em nossa sociedade, baseando-se nesta indagação, veja-se a afirmação de Fanon (2008, p.109):

A vergonha. A vergonha e o desprezo de si. A náusea. Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor (...) Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao incluir o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, espera-se que os estudantes possam compreender melhor a formação histórica do Brasil, reconhecendo a contribuição e o protagonismo dos afrodescendentes na construção do país. Além disso, essa abordagem estimula o respeito à diversidade, fortalecendo a identidade negra e o enfrentamento do racismo.

Importante reflexão apresenta Nascimento (2016, p.34) no sentido de que:

O sistema educacional funciona como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – primário, secundário e universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se executasse o que havia previsto a frase de Sílvio

⁶ Yorubá, Iorubá ou ioruba (*èdè Yorùbá*), por vezes referida como yorubá ou yoruba é um idioma da família linguística nígero-congolesa falado secularmente pelos yorubás em diversos países ao sul do Saara, principalmente na Nigéria e por minorias em Benim, Togo e Serra Leoa, dentro de um contínuo cultural-linguístico composto por 50 milhões de falantes.

Romero, constitui um ritual da formalidade e da ostentação das salas da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se a consciência é memória e futuro, quando e em qual local está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira, na Escola? Onde e quando a história da África, a desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo, foram ou são ensinadas nas escolas brasileiras? Ao contrário, quando há alguma referência ao africano ou negro, é com o sentido do afastamento e da alienação da identidade negra.

Inserindo a ideia afro-religiosa e afrodescendente nas escolas, surge como uma maneira de conscientizar socialmente e politicamente os atores da comunidade escolar que são postos a margem da experiência cultural. Vislumbra-se orientá-los, apresentando um mundo sob a ótica afro-brasileira e de África, com a valorização de seus costumes e vivências culturais, desta forma, redirecionando os debates para uma perspectiva antirracista e coletiva, em que todos possam se sentir incluídos socialmente na comunidade que vivem.

Com essa postura pedagógica pode-se incorporar o aluno pertencente a esta crença, fazendo a sua inclusão sócio religiosa na comunidade escolar. A priori é possível fornecer conhecimento sobre a formação de um terreiro e o que o torna esse reduto, conseqüentemente a exposição de hierarquia dentro desta comunidade, a valorização da oralidade, dos Griôs e dos ancestrais. Em síntese, trazer para o ambiente escolar a religião afrodescendente de uma fé monoteísta tendo como deus supremo Olorum⁷, e tendo junto a ele divindades conhecidas como Orixás⁸, que estão ligados aos meios da natureza e humanos, para uma educação do cotidiano e de preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste sentido, suplantando o molde ultrapassado eurocêntrico, é de certa maneira, asseverar aos estudantes que a oportunidade de se enxergar no processo educativo desde a pré-escola, está baseado na história, na filosofia, sociologia, enfim, na interdisciplinaridade de uma educação coletiva. Afirmando a necessidade de expressar a diversidade étnico-racial para refrear as inúmeras desigualdades que permeiam o ambiente escolar e a sociedade.

Importante ressaltar que a inclusão dos fundamentos afro-religiosos na educação não se trata de doutrinação religiosa, mas sim de um reconhecimento e estudo acadêmico das tradições

⁷ Deus criador do universo; segundo a mitologia Yorubá e algumas religiões de matriz africana, dono do Orum (firmamento) ou criador do Orum e do Aiyê (céu e terra); Deus onipotente, criador de tudo e de todos. Etimologia (origem da palavra orum). Do yorubá olo + run.

⁸ Orixás são divindades da religião yorubá representados pela natureza. Que estão ligados aos ensinamentos e cuidados dos seres humanos.

culturais e religiosas presentes na sociedade brasileira. O objetivo é proporcionar um ambiente escolar plural, onde todas as religiões sejam tratadas com igualdade e respeito, promovendo a formação de cidadãos conscientes e respeitosos com as diferenças.

Destarte, são inúmeros os desafios até que as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 tenha uma efetiva aplicabilidade nas escolas, é imprescindível ampliar a discussão social e racial, inserindo todos os sujeitos da comunidade escolar no debate e no embate ao racismo. É fundamental pesquisar, debater e criar novos procedimentos didático-pedagógicos, onde possamos relacionar racismo, escola, diversidade étnica, cultural e religiosidade. Dessa forma, sendo a valorização destes assuntos uma forma de respeito às identidades e o empoderamento do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Cristiane da Silva. **O papel da escola na desconstrução do racismo**. 2.ed. – São Paulo: EDICON, 2018.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- NASCIMENTO, Abdias do, 1914-2011. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3.ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.
- NICULESCU, Basarab. Um Novo tipo de Conhecimento – transdisciplinar. In: NICULESCU, BASARAB et al. **Educação e Transdisciplinaridade**. Tradução: Judite Vero, Maria F. de Mello e Américo Sommerman. Brasília: UNESCO, 2000.